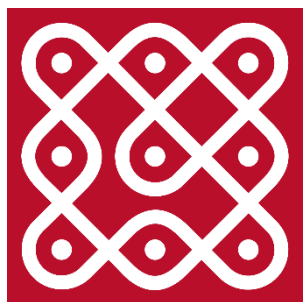


Ribatejo: notas sobre Geografia e História

Pedro Silva Sena
(CRIA – NOVA FCSH)





CRIA

WORKING PAPER 22

RIBATEJO: NOTAS SOBRE GEOGRAFIA E HISTÓRIA

Pedro Silva Sena

CRIA – NOVA FCSH

pedrosilvasena@gmail.com

Outubro de 2022

Resumo:

Este texto exploratório foi redigido no âmbito da pesquisa de doutoramento intitulada «Cultura Popular, Nacionalismo e Regionalismo: Génese Social da Região em Portugal – o *Ribatejo*» e aborda, resumidamente, o processo de individualização geográfica e de autonomização administrativa do Ribatejo no contexto da criação do Estado-nação e da afirmação científica e académica da Geografia. Assim, numa primeira secção, procedemos à caracterização geográfica e administrativa do território identificado contemporaneamente como ribatejano. Na segunda secção, passamos em revista o modo como a Geografia portuguesa novecentista perspectivou o território atribuível ao Ribatejo enquanto região, reconhecendo a sua individualidade num contexto político-cultural marcado pelo nacionalismo e pelo regionalismo. Por fim, traçamos sucintamente a história do Ribatejo, enquanto noção geográfica popular, erudita e oficial, com múltiplas traduções administrativas e diferentes expressões territoriais, desde a Baixa Idade Média até à contemporaneidade.

Palavras-chave: território, administração, Geografia, História, identidade, região, regionalismo, Ribatejo

Keywords: territory, administration, Geography, History, identity, region, regionalism, Ribatejo

“o que faz a região não é o espaço, mas sim o tempo, a história”

Pierre Bourdieu, in *O Poder Simbólico*

1. Uma «região do sul e do interior»: território, administração e representação simbólica

1.1. Território

Tomamos aqui como objecto de pesquisa o Ribatejo entendido enquanto *região*¹, esse objecto simultaneamente naturalizado, delimitável e distinguível, produto social material e simbólico, expressão contingente de poder simbólico ancorada no tempo e no espaço vividos, isto é, na relação entre um dado território e aqueles que, habitando-o ou não, o *vivem, produzem* ou *imaginam* enquanto tal (cf. Handler 1988, Leal 2000, Bourdieu 1989 e Frémont 1980). Tal espaço *regional(izado)*, conforme se encontra definido pela Geografia contemporânea, constitui uma região de «fronteiras quase sempre imprecisas e diluídas», possui uma «personalidade distinta» marcada socialmente pelo latifúndio e por migrações camponesas e é modelada morfologicamente pelo curso do Rio Tejo (e dos seus tributários) e pela acção humana (cf. Daveau et al 1998 e Gaspar 1993). É consensual entre os cientistas sociais situá-la na transição entre as regiões geográficas da Estremadura, Beiras e Alentejo (cf. Ribeiro 1995; Gaspar 1993; Daveau et al 1998):

The Ribatejo is, by common consent, one of the sub-regions of Portugal with most distinct personality today, even though its physical boundaries are somewhat imprecise in relation to the West (Estremadura), the Alentejo and the Lower Beira. The unity of the region came from the unifying influence of the Tagus while it was still navigable, as people from the North and Centre converged in the area to work the rich and unpopulated land. (Gaspar 1993: 119)

É esta imprecisão de limites geográficos que conduz Jorge Gaspar (1993) a descrever um Ribatejo para além dos limites do distrito que lhe confere, até certo ponto, um contorno administrativo (o de

¹ O presente artigo, à semelhança de outros já publicados (Sena 2011 e 2018), resulta de uma pesquisa de terreno multilocalizada levada a cabo, entre 2005 e 2007, em diversos concelhos dos Distritos de Santarém, Lisboa e Setúbal, no âmbito de um projecto de doutoramento em Antropologia intitulado «Cultura Popular, Nacionalismo e Regionalismo: Génesis Social da Região em Portugal – o Ribatejo» e orientado pelo Professor Doutor João Leal (FCSH-UNL).

Santarém): “The unity of the Ribatejo is a historical process, even though it basically corresponds to a physical entity, the sedimentar Basin of the Tagus (...).” (Idem: 118 e seguintes).

Esta caracterização sucinta do Ribatejo, que José Mattoso e Suzanne Daveau desenvolvem em *Portugal – O Sabor da Terra* (1998), vem na esteira dos estudos regionais que Orlando Ribeiro empreendeu. Num ensaio tardio sobre o Ribatejo, Orlando Ribeiro abre com a seguinte descrição (1995):

O Ribatejo tem sido reconhecido (...) como região geográfica bem definida. Estruturalmente corresponde a uma bacia sedimentar e pouco deslocada e constitui, no conjunto de Portugal, a maior extensão de terras baixas; a curva de 200m permite separá-lo tanto dos relevos enrugados da orla estremenha, como das superfícies e cristas de rocha dura do Alentejo e da Beira (...). Drena-o, embora em dissimetria, o maior rio peninsular e abre-se amplamente para o regolfo marinho de Lisboa, fim da sua navegação e, por isso, seu principal porto. Nunca teve nome de conjunto, que todavia os geógrafos ajustaram sem esforço às condições referidas antes. Situada na transição entre a Estremadura e o Alentejo (outros dirão entre o Norte e o Sul) possui uma dualidade nas formas de povoamento e de ocupação agrária, desenvolvidas, de certo modo, à sombra das províncias confinantes.

A constituição do distrito de Santarém (1835) consagrou a unidade e dualidade do Ribatejo. (...) Um rosário de grandes vilas acompanha o Tejo e os seus afluentes navegáveis, e é possível reconstituir o tráfico fluvial, que sobreviveu ao caminho-de-ferro mas morreu com a camionagem. Ao longo do rio passa a principal via férrea do país, que une a capital ao Porto e à Europa; (...) pelas terras baixas do Ribatejo passa também o caminho-de-ferro e a estrada que unem as duas capitais peninsulares; nele se encontra o principal entroncamento, o único que deu origem a uma vila [a actual cidade do Entroncamento].” (Idem: 445-446)².

Orlando Ribeiro, aludindo a um debate sobre a «desconcertante» diversidade física e social do espaço nacional (para citar um qualificativo seu (1998)), anota aqui, também, a situação do Ribatejo face aos limites de uma outra fronteira, ao mesmo tempo natural e cultural, que marca o país e as representações da sua identidade: a que divide o Norte e o Sul (cf. Sobral 2004). Por sua parte, O. Ribeiro radica

² Neste ensaio intitulado “Uma Região Portuguesa do Sul e do Interior: O Ribatejo”, Orlando Ribeiro colige e actualiza diversos estudos sobre a região dispersos por várias publicações ao longo da sua carreira académica; incluindo o Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém (1936), o qual foi publicado numa época em que o Ribatejo era instituído enquanto província. Analisaremos nas próximas secções os nexos que se estabeleceram entre o desenvolvimento da prática da Geografia em Portugal e as políticas de identidade à escala nacional e regional.

esta dualidade Norte/Sul na História e na influência bioclimática do Mediterrâneo e do Atlântico – propondo assim um ‘Portugal mediterrânico’ e um ‘Portugal atlântico’ – e sugere, a partir da análise de vários factores, um modelo tripartido das «divisões fundamentais» do país (cf. Ribeiro 1998: 140-164). Orlando Ribeiro define o Ribatejo, portanto, como uma região de caracteres mediterrânicos, «do Sul e do interior» (1998 e 1995).

1.2. Administração

O território atribuível ao Ribatejo integra hoje a Região de Lisboa e Vale do Tejo e é comparado por duas das suas sub-regiões: o Médio Tejo (integrando treze concelhos) e a Lezíria do Tejo (integrando onze concelhos)³. De acordo com esta nova segmentação do espaço nacional (cf. Gaspar 1993: 118-125), e se lhe sobrepujarmos a estrutura administrativa supra-municipal ainda vigente (distritos) e a recente reorganização das associações de municípios, constataremos que a região se encontra configurada pelo Distrito de Santarém e pelas comunidades intermunicipais do Médio Tejo e da Lezíria do Tejo. Assinale-se que tanto as novas regiões (e respectivas sub-regiões) como as comunidades intermunicipais constituem segmentações territoriais (as primeiras) e estruturas administrativas (as últimas) relativamente recentes. Assim, enquanto as novas regiões resultam da aplicação de políticas nacionais e europeias de gestão do território e desenvolvimento regional que visam a integrar o país nas estruturas económicas e políticas pan-europeias – sucessivamente, a Comunidade Económica Europeia e a União Europeia –, as novas estruturas administrativas intermunicipais procuram responder aos processos de litoralização e metropolitização demográfica e socioeconómica desencadeados nas últimas décadas (cf. Silva 2017 e Abrantes 2011). O Estado administra (directa mas descentralizadamente) o território (em determinados domínios) em conformidade com esta nova grelha espacial e por meio de organismos regionais cujo âmbito, estrutura e competências foram revistos à época da nossa pesquisa de terreno (em 2003 e em 2007), nomeadamente as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (doravante CCDR)⁴. No caso vertente, a CCDR de Lisboa e Vale do Tejo⁵.

³ Ambas NUT III ou Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos de menor escala. Os concelhos são, desde 2013, os seguintes: Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei, Vila Nova da Barquinha (Médio Tejo); Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém (Lezíria do Tejo) (consultar <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/a-regiao/10568.htm>; última consulta em 02.02.2021).

⁴ Conferir os seguintes diplomas: Decreto-Lei n.º 104/2003 de 23 de Maio; Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril e Portarias números 528 (30 Abril de 2007) e 590 (10 de Maio de 2007).

⁵ A CCDRLVT agrupa os distritos de Lisboa e de Santarém e ainda alguns concelhos dos distritos de Setúbal e de Leiria, num total de cinquenta e dois concelhos. As cinco Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional existentes, de âmbito territorial supra-distrital, foram criadas em 2003 a partir da necessidade de descentralizar a administração

Uma das consequências deste processo simbólico e administrativo é a instituição da referida Região de Lisboa e Vale do Tejo, a qual, ainda que não corresponda a uma «entidade regional» (Gaspar 1993: 108), se sobrepõe, ou tende a impor-se, à Estremadura, ao Ribatejo e ao Oeste (cf. Idem). Quanto ao associativismo intermunicipal, este foi assumindo diversas formas legais, como as Áreas Metropolitanas, criadas em 1991 e que têm como objectivo o planeamento e a gestão socioeconómica e cultural de um dado território e população em coordenação com a administração central (cf. Lei nº 10/2003 de 13 de Maio e Lei nº 46/2008 de 27 de Agosto). Às Associações de Municípios sucederam as Comunidades Urbanas e as Comunidades Intermunicipais – instituídas em 1987, 2003 e 2008, respectivamente –, com objectivos, no geral, equivalentes aos das áreas metropolitanas (cf. Lei nº 45/2008 de 27 de Agosto).

1.3. Geografia e representação simbólica

A importância económica do sector primário no Ribatejo no quadro nacional (e ibérico), tanto em área cultivada como na mobilização de população activa, manteve-se, em termos relativos, ao longo dos últimos séculos e perdura no presente (cf. Mattoso 1993-1994 e CCDR-LVT 2017). Esta importância económica vê-se reflectida, por seu lado, na representação da região (cf. Sena 2018 e 2011). É o que se depreende das referências que são feitas à prodigalidade telúrica do vale do Tejo pelos geógrafos gregos e romanos, traduzidos e interpretados tanto pelos geógrafos árabes medievais como pelos eruditos portugueses modernos (cf. Daveau et al 1998 e Sena 2018). As análises geográficas contemporâneas, à semelhança do que sucede em outras ciências sociais, têm identificado (e reproduzido) esta representação – de Oliveira Martins (cf. s.d.) ou Francisco X. C. Silva Teles a Jorge Gaspar: “(...) the Ribatejo will continue to be the richest granary and wine cellar and the biggest food producer of the country.” (Gaspar 1993: 125). José Sobral, num breve estudo sobre nacionalismo, culinária e classe, resume assim a centralidade simbólica do sector primário na representação desta região:

A sua importância agrícola faz [do Ribatejo] um espaço simbolicamente central no que diz respeito a essa actividade [a agricultura]. (...) Para essa relevância também concorre a sua localização – na zona centro do país, mas muito próximo de Lisboa –, a estruturação da propriedade [em latifúndios] e determinados aspectos da vida campestre ligados à actividade

directa do Estado no que concerne à promoção da “integração entre desenvolvimento regional e local, ordenamento do território e ambiente” (consultar: www.ccdr-lvt.pt; última consulta em 02.02.2021).

pastoril. Os grandes proprietários locais sempre tiveram uma grande influência política, em particular na implementação de políticas agrícolas. Além disso, estão associadas a essa grande propriedade formas singulares, no contexto português, de criação de cavalos e de pastoreio do gado bravo feito por vaqueiros a cavalo, os *campinos*. É também uma região fortemente identificada com os combates com o touro a pé ou a cavalo – as touradas. Por sua vez a tourada e os seus protagonistas, acompanhados pela paisagem ribatejana – de planícies aluviais – e pela figura do campino, foram seleccionados durante o regime nacionalista do Estado Novo (...) para constituírem uma das imagens oficiais do país, difundida no estrangeiro como propaganda turística (...). (2007: 14).

A análise da génese destas representações do Ribatejo, bem como da sua centralidade na identificação da região e do seu papel na formação da identidade nacional – ou, como o coloca João Leal, “o estabelecimento dos factos e dos argumentos susceptíveis de fundar (...) um espaço marcado pela peculiaridade e pela diferença” (2000: 228) –, serão abordadas na próxima secção e foram desenvolvidas noutros artigos (Sena 2018 e 2011). É a partir desta análise que se torna possível compreender os agentes, os modos, os processos e os contextos da (re)produção actual da região.

2. Ribatejo: Geografia e História

A individualidade do Ribatejo enquanto região geográfica foi proposta pela Geografia portuguesa nas primeiras décadas do século XX, época em que esta ciência estava a ser institucionalizada enquanto disciplina académica em Portugal – à semelhança do que estava a acontecer por toda a Europa (cf. Ferreira et al. 1986, Domingues 1985 e Hooson 1994)⁶. Simultaneamente, esta institucionalização é acompanhada pelo envolvimento da Geografia portuguesa – assim como de outras ciências e noutros países europeus – na “rede de problemas particulares, prioridades e percepções” do país (Hooson 1994: 4; tradução nossa). Muitos destes problemas, prioridades e percepções centravam-se em questões relacionadas com a nação, o território e a identidade nacional – da defesa da integridade do território nacional e a sua organização administrativa ao conhecimento, salvaguarda e promoção das tradições e costumes do «povo» (cf. Leal 2000, Oliveira 1996 e Ramos 2001) – e

⁶ Tanto Portugal quanto as suas regiões despertaram um interesse limitado na Geografia alemã e francesa – cujas diferentes escolas dominaram, aliás, o pensamento geográfico em Portugal durante um largo período –, chegando a constituir um objecto de estudo de alguns geógrafos alemães e franceses durante a primeira metade do século XX (cf. Ribeiro s.d., Ferreira, Gaspar e Medeiros 1986 e Daveau 1992). Ao contrário do estudo de Pierre Birot (1950), a obra que H. Lautensach dedicou a Portugal e às suas regiões (1937), editada em dois volumes e integrada numa geografia universal, obteve uma difusão bastante limitada no nosso país, tendo circulado apenas nos meios académicos e influenciado unicamente o trabalho de Orlando Ribeiro (cf. Ferreira et al. 1986 e Daveau 1992).

desenvolveram-se no contexto de um processo que tem sido cunhado de «reaportuguesamento» ou de «segunda fundação» de Portugal (cf. Leal 2000 e Ramos 2001).

Um dos “problemas particulares” que o processo de criação dos Estados-nação europeus coloca aos seus intelectuais na viragem para o século XX, particularmente aos geógrafos, é a relação entre o *centro* e as *periferias*, nomeadamente a tensão entre a unidade e a diversidade da nação. Esta tensão, segundo Jaques Revel, está subjacente a todas representações do território francês desde a Idade Média e estrutura a formação da Geografia Regional francesa (cf. Revel 1990 e Domingues 1985). Em Portugal, como nos demonstra Fernando Catroga, o centralismo político-administrativo defendeu quase sempre a existência de um Estado unitário, embora tenham sido propostas, em momentos e com amplitudes diferentes, diversas alternativas descentralizadoras, umas vezes articuláveis, outras vezes opostas, como o federalismo, o municipalismo, o provincialismo e o regionalismo (2006). Nesse sentido, os geógrafos portugueses – de Bernardino Barros Gomes a Orlando Ribeiro – vão-se confrontar, de diversas formas, num contexto de centralização administrativa, com três aspectos dessa mesma relação: um território (tomado como unidade) cujo conhecimento produzido em moldes científicos era lacunar e não estava organizado; a descoincidência entre as representações dominantes desse território – isto é, a percepção da sua diversidade e configuração (as «províncias») – e as representações que foram produzidas a partir das reformas administrativas do Liberalismo e do Estado Novo (a criação dos distritos; a extinção e a integração de numerosos concelhos; a criação e a posterior abolição da autarquia provincial); e, por fim, as reivindicações político-administrativas locais e a afirmação da distinção cultural à escala regional – ou seja, o regionalismo no seu sentido mais amplo (cf., para o caso português, Serra 1996, Amaro 1996, Catroga 2006, Leal 1997, Melo 2004, 2005, 2006 e 2007, Simões 2005, Agarez 2013, Maximino 2003 e Sena 2018 e 2011).

Quanto ao primeiro desses aspectos, é com a pesquisa e o esforço de sistematização de Orlando Ribeiro – e daqueles com quem trabalhou – que se chega, contemporaneamente, a uma compreensão actualizada dos territórios administrados pelo Estado português – particularmente o de Portugal continental (cf. Ribeiro 1998). De notar, porém, que esse esforço de sistematização é tentado, com âmbitos e resultados desiguais, e em condições distintas, por Barros Gomes, Silva Teles e Amorim Girão (cf. Teles 1908, Ferreira et al. 1986 e Daveau 1992). Em relação ao desfasamento entre a representação provincial e a representação distrital do território nacional, a Geografia portuguesa irá propor diversas interpretações do espaço – baseadas nas suas características e população – e defender a adequação das divisões administrativas às regiões geográficas que vai identificando (cf. Gomes 1878, Teles 1908, Girão 1933b e Ribeiro 1998 e 1995). Finalmente, a “definição legítima” das (di)visões do espaço nacional (Bourdieu 1989) é o objecto e o domínio da Geografia de matriz «vidaliana» (cf. Domingues 1985) e constitui uma das áreas em que as relações entre os Estados-nação e as elites

locais mais se revelam tensas (cf. Catroga 2006). Nesse sentido, é por se situar na confluência de preocupações em torno da unidade e (da inteligibilidade) da diversidade da nação que a Geografia portuguesa vai envolver-se, enquanto instância legitimadora e sob a influência da Geografia Humana e da Geografia Regional francesas, nos debates que os regionalistas e os proponentes do centralismo administrativo vão promover, à vez, no contexto da «refundação» ou «reaportuguesamento» de Portugal e da desagregação dos regimes liberal e republicano (cf. Idem)⁷.

É no contexto da influência que a geografia vidaliana exerce sobre os primeiros geógrafos modernos portugueses – a qual concita à centralidade «orgânica» da região na concepção dos espaços nacionais (cf. Domingues 1985, Ferreira et al. 1986, Oliveira 1996 e Girão 1933b) – e da sua permeabilidade a debates mais abrangentes em torno do que era ou deveria ser a nação e a região – sendo estes últimos debates suscitados pela difusão em Portugal das teses regionalistas sistematizadas por Charles Brun (cf. 2003) –, que se poderá compreender a progressiva individualização do Ribatejo, no quadro das concepções geográficas do território português. Paralelamente, tal individualização geográfica participa, de um modo influente, na instituição desta região enquanto parte distinguível e distinta no espaço português⁸.

2.1. Francisco Silva Teles

No que diz respeito ao nosso objecto de estudo, um dos exemplos mais evidentes destes nexos entre a Geografia, o nacionalismo e o regionalismo, é a obra e o pensamento geográfico de Francisco

⁷ O *regionalismo* é entendido aqui, no campo social, enquanto luta pela definição, conhecimento e reconhecimento de uma região, por oposição a uma «definição dominante» que resulta de uma «dominação simbólica» – seja esta a do Estado, de determinados grupos sociais ou de estruturas de poder de regiões contíguas (cf. Bourdieu 1989 e Oliven 1992). Nesta luta, “os agentes estão envolvidos quer individualmente e em estado de dispersão, quer colectivamente e em estado de organização, e (...) está em jogo a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas e das vantagens correlativas, tanto económicas como simbólicas” (cf. Bourdieu 1989: 124). Precisamente enquanto movimento político e cultural organizado, o «regionalismo» desenvolveu-se na Europa entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, quer em confronto quer em articulação com o nacionalismo (cf., para uma discussão abrangente, Domingues 1985, Serra 1996, Catroga 2006, Revel 1992, Applegate 1999 e Storm 2003). No caso português, à semelhança do caso francês, estamos perante um regionalismo predominantemente inclusivo (cf. Leal 2000 e 1997), tradicionalista e descentralizador (Catroga 2006 e Amaro 1996). Com raras excepções, como a do movimento regionalista ribatejano durante a I República, o espaço regional tem sido sempre concebido enquanto *província*, o que se deve, em muito, ao enraizamento das representações do espaço anteriores à implantação do regime liberal (cf. Idem).

⁸ Até então, seja nas corografias e geografias descritivas, ou já na geografia mais actualizada da segunda metade do século XIX, o Ribatejo era *identificado* como parte da Estremadura (conferir adiante). É esta concepção empírica do espaço nacional que Bernardino Barros Gomes (1839 - 1910) dá conta em *Cartas Elementares de Portugal* e à qual contrapõe uma nova divisão regional (cf. 1878). A sua divisão regional, que se estrutura em torno da orografia, do clima e da latitude, estabelece doze regiões e divide o território do actual Distrito de Santarém entre o Centro Litoral, as Baixas do Sorraia e a Beira Meridional (Idem: s.p.; «Carta do Relevo»).

X. C. Silva Teles⁹. Silva Teles abre o primeiro congresso regionalista ribatejano, realizado em Santarém em Maio de 1923, com duas comunicações complementares, onde defende, pela primeira vez no seio da Geografia portuguesa (cf. Ribeiro s.d.), a individualidade geográfica e etnográfica do Ribatejo enquanto «região» distinta e delimitável, compreendendo ambas as margens do vale aluvial do rio Tejo:

[A “Região Ribatejana”] constitui (...) um compartimento geográfico bem caracterizado e tem uma personalidade distinta das outras regiões. (...) É ela que estabelece um contraste fisionómico entre o Norte e o Sul (...), mas é ela também que liga as terras de um e outro lado do Tejo. (Teles 1924a: 17).

Na primeira das suas «teses» ao congresso, regista os limites ‘históricos ou tradicionais’ do Ribatejo e reconhece a “grande força” da «tradição», mas rejeita assentar a delimitação da região em critérios exclusivamente fundamentados no uso popular ou oficial do topónimo – isto é, nas representações correntes da região (Idem: idem)¹⁰.

Antes de delimitar geograficamente o Ribatejo – rejeitando porém a possibilidade de “estabelecer com rigor geométrico o traçado exacto das fronteiras da Região Ribatejana” (Teles 1924a: 21) –, o geógrafo caracteriza o vale do Tejo e o rio como uma “nesga de atracção” de populações migrantes e “única linha de trânsito” de passageiros e mercadorias oriundos “de mais de metade do território peninsular para o Atlântico” (Idem: 16). Acresce a “complexidade económica” decorrente das características naturais e sociais da região. Complexidade na qual ressoam as representações da fertilidade telúrica e da riqueza fluvial da mesma região e à qual não é alheia a influência económica de Lisboa (cf. Teles 1924b):

⁹ Francisco Xavier C. da Silva Teles (1860-1930) foi médico e capitão da marinha, político e académico. Silva Teles estudou, praticou e ensinou a Antropologia Física e a Geografia, tendo sido “o fundador do ensino da Geografia na Universidade de Lisboa” (Daveau 1992). Foi ainda um dos organizadores do I Congresso Colonial, realizado em 1901 nas instalações da Sociedade de Geografia de Lisboa (da qual foi secretário-geral durante doze anos), e deputado pelo partido progressista nos últimos anos da monarquia. No final da sua vida, sobraçou a pasta da Instrução Pública num dos governos da ditadura militar (1929). Para uma análise sintética do seu pensamento e obra geográfica, conferir o artigo que Orlando Ribeiro, seu aluno na Faculdade de Letras, lhe dedicou (1976).

¹⁰ “A tradição, seguida até em documentos oficiais, abrange sob a designação genérica de Ribatejo ou Região Ribatejana os concelhos que marginam o Tejo desde Abrantes até Moita do Ribatejo. São portanto, na margem direita, os concelhos de Abrantes, Constância, Barquinha, Torres Novas, Golegã, Santarém, Cartaxo, Azambuja, Alenquer, Vila Franca de Xira e Loures, e na margem esquerda, os concelhos de Chamusca, Alpiarça, Almeirim, Salvaterra de Magos, Benavente, Coruche, Alcochete, Aldeia Galega do Ribatejo e Moita do Ribatejo.” (Teles 1924a: 17).

Agricultura, florestação, floricultura, pastorícia, piscicultura, ostreicultura, salinas, navegação fluvial [e] marítima, pesca litoral e do alto mar, construções navais, concentração de redes ferroviárias e trânsito internacional são formas de actividade da Região Ribatejana. (Teles 1924a: 17).

Estes seriam alguns dos factores que teriam aí originado uma “tradição de ribatejismo” (Idem: 18): “A nesga central da Região Ribatejana de um e outro lado do Tejo, onde o *ribatejismo* [sic] é mais intenso, apresenta-se como uma faixa de concentração de numerosos caminhos e de actividades as mais variadas.” (Idem: 16; itálicos originais).

E o que é o «ribatejismo»? Será esta qualidade uma expressão difusa da «personalidade» da região, naturalizada a partir das suas características geomorfológicas e biofísicas? O conceito não é propriamente definido pelo geógrafo nas páginas das suas comunicações, embora em ambas se subsuma o rio e o seu vale enquanto núcleo geográfico, etnográfico e económico da região: “Ora o Tejo é a feição dominante de todo o belo quadro ribatejano” (Teles 1924b: 23). Ou melhor, tratar-se-á de um conjunto próprio de características (“feições”) naturais e ou geográficas¹¹. Tal «personalidade», por outra parte, será definida, difusamente, nesse mesmo congresso – a que Silva Teles emprestou um peso intelectual e simbólico importante – e no decorrer das actividades que os regionalistas ribatejanos vão levar a cabo antes e depois do seu congresso inaugural – num esforço político de síntese e de imaginação etnográficas que só terá paralelo na produção literária e etnográfica dos neorrealistas sediados em Vila Franca de Xira (conferir Liga Regionalista do Ribatejo 1923, Costa 1924, Oleiro 1924, Cabral 1924 e 1925).

De acordo com Silva Teles, os limites aproximados da «Região Ribatejana» eram, a Sul, o estuário do Tejo – excluindo o concelho de Loures, cujo “centro de gravidade é Lisboa” (Teles 1924a: 20) –, a Oeste e Norte, a «nesga» ribeirinha do concelho de Vila Franca de Xira até à “baixa de Rio Maior” e à «flexão» do rio na Barquinha – excluindo o concelho de Tomar e incluindo parte do de Abrantes – e, a Leste, “a pendente oriental pouco e pouco morrente para o Tejo”, “justamente na curva da convexidade ocidental onde terminam os afloramentos arcaicos, primários e plutónicos do Alentejo” (Idem: 19-20). Mas a Sul, conclui, os limites diluem-se sob a influência dos centros urbanos do estuário do Tejo e respectivas zonas limítrofes e actividades humanas: “A cidade e o porto de Lisboa,

¹¹ “Dissemos que a feição predominante da Região Ribatejana é o Tejo. Com este relacionam-se todas as outras. Os seus tributários de uma e outra margem mostram que essa distinção subtil entre o ribatejismo que vem até à Moita e o não ribatejismo que lhe fica ao sul não tem qualquer fundamento geográfico.” (Teles 1924b: 24).

as penínsulas de Lisboa e Setúbal e o Estuário do Sado são energias que provocam interesses e funções tão numerosas, que a influência da linha central ribatejana apaga-se perante forças superiores.” (Idem: 21). «Forças» tão superiores que o impedem de considerar a zona do estuário do Tejo como parte do Ribatejo, apesar de constituírem “uma só região” em termos geológicos (Teles 1924b: 23).

No entanto, apesar desta influência socioeconómica que os geógrafos não mais vão deixar de assinalar na sua amplitude e consequências para a região¹², e porque estava num conclave de uma elite mobilizada politicamente em nome da região e da nação, este geógrafo não deixa de entrever, no futuro, com o desenvolvimento das redes de transportes e das relações sociais locais, a possibilidade de alargamento territorial da própria região – e logo, o reforço da sua afirmação sociopolítica num contexto nacionalizador (cf., também, Oleiro 1924 e Costa 1924):

Compreende-se perfeitamente como a *tradição de ribatejismo* se criou e porque se conserva inalterável. Mas as condições antigas não são as modernas. Os meios de comunicação cresceram em número e qualidade. O contacto das terras mais distantes com o Tejo é gradualmente maior. O quadro geográfico alargou-se. As funções da Região Ribatejana são actualmente mais numerosas. E quanto mais o esforço do homem, inteligente e cientificamente dirigido, valorizar o nosso grande rio, quanto mais cerrada for a rede ferroviária (...) e maiores venham a ser as facilidades oferecidas pela Bacia do Tejo como estrada internacional, os limites da Região Ribatejana devem tender a alargar-se até o extremo do seu horizonte geográfico. (Teles 1924a: 18; itálicos originais).

As previsões do geógrafo revelaram-se acertadas. Como argumenta Jorge Gaspar, entre outros, o Sul do Ribatejo, senão a própria sub-região no seu todo imaginado, tende a integrar-se cada vez mais no espaço regional que Lisboa organiza (cf. 1993; cf., também, AA. VV. 2003). Quanto ao alargamento da região, este será concretizado, sob uma ‘d direcção científica e inteligente’, durante a ditadura que pôs fim à I República.

Por outro lado, a regularização da navegabilidade no rio Tejo, a manutenção de sistemas drenagem e, em última análise, a protecção dos seus solos de aluvião, a par de outros projectos relacionados

¹² E Silva Teles afigura-se ser o primeiro destes: “O quadro humano, notavelmente polimórfico, da cidade e do porto de Lisboa abrange na sua zona de influência uma grande parte do Baixo Ribatejo. Quanto mais este se desenvolver e quanto maior for a evolução económica e a densidade humana em torno do Estuário, numa e noutra margem, mais íntimas serão as relações de interdependência política e económica de toda a Região Ribatejana, de Lisboa até o extremo norte, constituindo um compartimento especial da terra portuguesa.” (Teles 1924b: 25).

com este curso de água – temas desenvolvidos detalhadamente numa segunda série de comunicações ao congresso ribatejano –, constituem uma preocupação corrente, embora renovada, dos movimentos regionalistas ribatejanos: da Liga Regionalista finissecular às direcções da Casa do Ribatejo (cf. Comissão Executiva do Congresso Ribatejano 1924 e Casa do Ribatejo 1948). Finalmente, é seguro dizer que a reflexão de Silva Teles sobre o Ribatejo virá a ser influente – mesmo quando refutada – tanto no movimento regionalista local como no pensamento geográfico português sobre a região.

Um ano após o congresso dos regionalistas ribatejanos, Silva Teles vê publicado pela comissão executiva do referido congresso o texto que aí apresentou. Adapta-o, em vida, para o *Guia de Portugal* editado pelos «seareiros» (cf. Proença 1991). Finalmente, no âmbito da participação portuguesa na Exposição Ibero-Americana de Sevilha (realizada em 1929), Silva Teles reafirmará a individualidade regional do Ribatejo em *Aspectos Geográficos e Climáticos de Portugal* (cf. 1929), texto que será citado como referência no órgão oficial da Junta Geral do Distrito de Santarém, onde se defende essa mesma asserção (cf. Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém 1933 e 1936). No entanto, devemos ainda assinalar que a individualização geográfica do Ribatejo não deixou de ser problemática no pensamento geográfico de Silva Teles. Aquando da sua participação no *Guia de Portugal*, o geógrafo afigura-se menos seguro em relação ao facto de a região constituir um «compartimento geográfico bem caracterizado». Assim, logo na abertura do texto inserto naquele guia, corrige a sua caracterização anterior:

Ribatejo é uma designação tradicional e exclusivamente histórica. Os seus limites são indecisos e em parte convencionais; não correspondem a um quadro geológico bem definido nem a um compartimento geográfico distinto dos terrenos contíguos. (Teles [1927] 1991: 321).

não colocando em causa, porém, a sua «personalidade distinta [por relação a] outras regiões»:

Apesar das suas particularidades locais e da indecisão das fronteiras que lhe são marcadas, a região ribatejana destaca-se entre todos os quadros regionais de Portugal como um quadro à parte, de feições inconfundíveis. (Teles [1927] 1991: 326).

O Ribatejo, então, embora possuindo limites «indecisos» – é um «compartimento geográfico» problemático – e apresentando «particularidades locais», constituía uma região *per se*. Faça-se notar aqui,

por fim, que nestes textos Silva Teles reflecte sobre o Ribatejo em contextos bastante dissemelhantes – um congresso regional(ista) com uma audiência *interessada* e um guia destinado a um público nacional instruído, urbano, com o gosto e o tempo para viajar –, o que poderá explicar, em parte, a correcção da sua análise.

2.2. Aristides Amorim Girão

Poucos anos volvidos, no contexto da preparação da reorganização administrativa implementada entre 1936 e 1940, será a vez de Aristides de Amorim Girão (1895-1960)¹³ defender a individualidade regional do Ribatejo e de se envolver no seu processo de instituição ao participar na elaboração de um relatório que serviu de base teórica à criação das autarquias provinciais. O Ribatejo é uma das treze «grandes unidades denominadas *regiões*» propostas por este geógrafo em *Esboço duma Carta Regional de Portugal* (Girão 1933b: XIX). Nesta medida, a sua proposta é tributária dos estudos de Francisco Silva Teles. Porém, Amorim Girão parte também das hesitações de Silva Teles, ao considerar-se o primeiro geógrafo a propor o Ribatejo enquanto região individualizada em relação à Estremadura, distinta das demais regiões contíguas (cf. Idem: 104) – por desconhecimento (de algum) dos textos de Silva Teles sobre a geografia ribatejana?

No seu *Esboço duma Carta Regional de Portugal*, originalmente publicado em fascículos na revista *Biblos*, entre 1928 e 1930, Amorim Girão justifica a (sua) contribuição geográfica para a reorganização administrativa em marcha enquanto instância harmonizadora entre as representações/segmentações do espaço oficiais e «civis»:

(...) cada uma [das “várias divisões” administrativas do país] talhada não ao sabor da conformação geográfica do nosso território e tendo em vista o critério da homogeneização, mas da ordem ou natureza dos serviços públicos a que se destinava (...) (...) quando haveria toda a vantagem em uniformizar este caótico estado de coisas, fazendo-as coincidir tanto quanto possível com as divisões civis e administrativas. (Girão 1933b: XVII).

¹³ Para um resumo biográfico e científico conferir Oliveira 1994 e Teles 2000.

A “boa divisão regional do país” assentaria então na «doutrina» geográfica estabelecida por Vidal de la Blanche, Lucien Gallois e Jean Brunhes, articulando “o conceito científico de região” com a concepção provincial, empírica e histórica,

(...) em que todos os elementos e factores que se inscrevem sobre a superfície do solo fossem tomados em consideração, desde a constituição geológica dos terrenos e as suas feições geográficas do relevo, clima, hidrografia e associações vegetais (...) até ao revestimento humano nas formas sempre contingentes da sua adaptação ao meio, e nas diversas manifestações da sua actividade modificadora (...). (Idem: XVIII)

No entanto, a reforma administrativa provincial na qual Amorim Girão participa como especialista não procura responder, apenas ou simplesmente, ao «caos» resultante da multiplicação e sobreposição de representações formais e informais do espaço, às consequências locais das transformações que o capitalismo experimentava, as quais, segundo este geógrafo, constituíam um dos factores que conduziam ao regionalismo ou, finalmente, à contestação ao modelo administrativo distrital adoptado pelo regime liberal (cf. Amaro 1996). Há uma ameaça maior e mais imediata aos projectos políticos centralizadores (mas provincialistas), corporativos e autoritários que se tornam cada vez mais coerentes e centrados em Oliveira Salazar (cf. Catroga 2006 e Oliveira 1996). Trata-se de uma ameaça que assenta, tal como as propostas deste geógrafo, na mútua influência entre as teses regionalistas e as vidalianas: os desdobramentos políticos mais conservadores e ou radicais do regionalismo, como sejam o separatismo e o autonomismo açorianos e as propostas descentralizadoras, organicistas e tradicionalistas de matriz integralista/nacionalista (cf. Leal 1997, Pinto 1982-83 e Ramos 2001). É a partir destas ameaças de fragmentação e de descentralização que a Geografia portuguesa surge, com Amorim Girão e outros, como caução científica da política administrativa provincial e ou regionalista – trata-se em Girão, no entanto, de um regionalismo inclusivo e nacionalista, disciplinado e organicista¹⁴ – de um Estado ditatorial que se estrutura à medida que os seus opositores políticos são anulados e as suas perspectivas ideológicas esconjuradas: o liberalismo, o republicanismo democrático e

¹⁴ Amorim Girão propõe, a certa altura, acerca da relação entre a “economia nacional” e o regionalismo: “Na verdade, se as culturas predominantes, o modo de vida, os processos agrícolas, a constituição da propriedade, os sistemas de repartição das águas, o regime de heranças, as relações sociais enfim, são fundamentalmente diferentes de uma região para outra, como se compreende que a todo o torrão português se imponha a mesma rigidez legislativa, lançando, por igual, normas de direito e medidas de fomento que, para bem poderem aplicar-se, deveriam por vezes ser diametralmente opostas? Que se faz, pois, mister? Fazer ressurgir o espírito provincial, dando alento às *diversidades* geográficas do nosso território, e impedindo assim que o poder central, pela sua ingerência na vida provinciana, continue absorvendo todas as energias nacionais.” (1933b: 12).

de esquerda, o cosmopolitismo, o nacional-sindicalismo e o próprio regionalismo autonomista ou descentralizador (cf. Amaro 1996 e Ramos 2001).

Em *Esboço duma Carta Regional de Portugal*¹⁵, que é revisto, ampliado e editado várias vezes, fruto do impacte das suas propostas no contexto e conjuntura políticas que se viviam, Amorim Girão procura não só os fundamentos geográficos de uma “boa divisão do país” como acaba por encontrar no “polimorfismo climático” e morfológico do país – este último resultante do prolongamento em Portugal de “todos os traços geotectónicos do solo espanhol” – um dos fundamentos do movimento regionalista (cf. Girão 1933b: 7-9)¹⁶. A «região» é então essa parte distinguível e delimitável do todo nacional, uma vez que a sua diferenciação assenta nas diversas “relações de mútua dependência que se estabelecem entre a natureza e o homem” – relações estas que determinam os *modos de vida* vida-*lianos* – e se influenciam e determinam, entre si, ao longo desse território e clima desiguais:

Em face das relações de mútua dependência que se estabelecem entre a natureza e o homem, fácil é conjecturar agora como essa diversidade de aspectos se deve fazer sentir também de uma forma especial no tipo de população, no seu modo de vida, e, concomitantemente, em todas as suas manifestações de ordem social. Daqui, a distinção no nosso país, desde tempos remotos, de diversas *províncias*, cada uma delas correspondendo a uma fracção territorial habitada por populações com identidade de cultura, usos e costumes, caracteres linguísticos ou, pelo menos, formas de pronúncia especiais, além de um sem-número doutras características que lhes são próprias. / (...) E, porque o espírito bairrista é sempre a pedra angular do verdadeiro patriotismo, bem podemos afirmar, parafraseando um dito célebre de Walter Scott,

¹⁵ Devemos anotar que A. Girão acolhe no seu *Esboço* o contributo teórico de intelectuais coetâneos de outras disciplinas científicas para além da Geografia – entre os geógrafos podemos assinalar o contributo de Barros Gomes, Gerardo Pery, Paul Choffat e Silva Teles (cf. Idem). É o caso da Etnografia/Etnologia e de «etnólogos», alguns deles regionalistas convictos, como Tito de Sousa Larcher (1860-1932) – jornalista, fundador (em 1917) do Museu Regional e Biblioteca/Arquivo Distrital de Leiria, e, nessa época, vogal da Comissão Administrativa da Junta Geral do Distrito de Leiria (consultar <http://digitarq.adlra.dgarq.gov.pt/details?id=1034993>; última consulta em Junho de 2016), cujos *Estudos de Regionalismo* (1930-1931) sustentam alguns argumentos do geógrafo –, Luís Chaves (1888-1975) – e a sua *A Divisão Territorial Portuguesa – Plano de Reorganização Integral*, publicada no jornal *Acção Realista* (s.d.) – e Francisco Câncio (1903-1973) – e a sua monografia *Ribatejo* (1935).

¹⁶ Observa António Rafael Amaro a propósito da perspectiva de Amorim Girão sobre as origens do regionalismo em Portugal: “Observador atento e empenhado [na] causa [regionalista, Amorim Girão] cedo percebeu que o regionalismo que se manifestava em Portugal, não podia ser visto como algo [que reflectia] unicamente o amor à região natal e muito menos podia ser reduzido a um simples ressurgir da tradicional luta Província/Distrito (...). Entendia, pelo contrário, que de alguma forma o que se passava em Portugal não diferia muito de movimentos semelhantes na Europa e que [este] estava ligado com a necessidade que os países passaram a ter de se organizarem em termos económicos para responderem a uma cada vez maior divisão internacional do trabalho, que tornou imperiosa uma mais intensa especialização da produção.” (Amaro 1996: 77-78).

que se tirássemos, por exemplo, a um transmontano as qualidades que fazem dele um transmontano, nada mais nos restaria do que um mau português (...). (Idem: 9-10)

Sendo esta última afirmação válida para “os outros tipos de população provincial do nosso país” (Idem: 10).

Isto quer dizer que a unidade territorial e política da nação não seria colocada em causa por tal «bairrismo» – eufemismo neutralizador da vertente política (e do potencial disruptivo) do regionalismo – inclusivo e orgânico, seja em termos territoriais ou simbólicos, uma vez que essa unidade resulta da síntese (natural e social) das suas partes distintas: como nos indica Girão, parafraseando o intelectual romântico, um ribatejano, por exemplo, só é um ‘bom português’ porque incorpora as «qualidades» que a «natureza» e o “modo de vida” da sua região lhe transmitem. Logo, cada região é como que uma “pequena pátria”, a qual adquire sentido em si própria e no todo (nacional e orgânico) que integra (cf. Idem: 1-28). Compreende-se assim que a promoção das “diversidades geográficas” e o reconhecimento da existência no espaço nacional de “populações com identidade de cultura, usos e costumes, [e] caracteres linguísticos” próprios, só possam ser enunciadas quando se concebe a diferença (ao mesmo tempo cultural e geográfica) como inerente a uma síntese e subordinada a uma ordem política superior – a nação organizada administrativamente em províncias:

Entretanto, para que [a] tarefa [de ressurgimento do “espírito provincial”] possa levar-se a cabo em termos de bem contribuir para o ressurgimento desta pátria, pelo desenvolvimento harmónico de todas as suas partes componentes – as *pequenas pátrias* –, a primeira empresa a realizar será dividir o país em províncias ou *regiões*, que sejam quanto possível diferenciadas pelos seus caracteres geográficos, económicos e sociais. (Girão 1933b: 12-13; itálicos originais)

O Ribatejo será uma dessas “províncias ou regiões”. À “região natural” identificada por Barros Gomes como “Baixas do Sorraia” (cf. Gomes 1878), Amorim Girão reconhece-lhe a individualidade, corrige-lhe os limites – nela incluindo, por exemplo, a margem direita do Tejo até Loures e a margem esquerda até Moita –, adopta a denominação «tradicional» e confirma a capitalidade de Santarém – à semelhança do que defendera Francisco X. C. Silva Teles (cf., para este parágrafo, Teles 1924a e Girão 1933b: 102-111). Embora reconhecendo a confluência de diferentes caracteres regionais na

área do vale do Tejo e em seu redor – Barros Gomes será o primeiro a demonstrá-lo em termos científicos – e a influência sociocultural e económica de Lisboa sobre os concelhos ribeirinhos do estuário do Tejo, entendidos apesar de tudo como ribatejanos, tais aspectos não comprometem a concepção individualizadora do Ribatejo – partilhada por muitos intelectuais, por regionalistas e, em breve, pelo Estado –, uma vez mais autorizada pela Geografia:

E melhor se designará toda essa região pelo nome de *Ribatejo*, já consagrado pelo uso e até mesmo pela tradição, constituindo uma das mais interessantes unidades regionais portuguesas, talvez de feição mista – estremenha e alentejana – como alguns autores pretendem, mas acima de tudo região inconfundível no conjunto do nosso país, como bem se escreveu no *Guia de Portugal (...)*. (Girão 1933b: 103-104)

O geógrafo juntará aos argumentos da sua caução científica as iniciativas do movimento regionalista ribatejano, o qual já contava nessa época com quatro décadas de actividade pública que o mesmo brevemente enumera:

Além disso, o Ribatejo (...) é uma daquelas fracções do território português onde podemos surpreender a formação duma consciência regional mais visivelmente caracterizada. Desse facto, podem considerar-se indícios diversas manifestações de espírito associativo e obras de cooperativismo agrícola interessando a toda a região (...). (Idem: 104-105)

Relativamente à caracterização das sub-regiões que compõem o Ribatejo, Amorim Girão, por um lado, mostra-se sensível ao uso popular e à etnografia espontânea de matriz regionalista produzida localmente – é o caso da delimitação tradicional da região adoptada por Francisco Câncio na sua monografia regional(ista) (cf. Câncio 1935) – quando corrige e precisa os limites de um modelo mais abstracto (embora empírico e até oficial) das sub-regiões ribatejanas que adoptará,

Entretanto, vai-se generalizando o uso de distinguir no Ribatejo apenas duas sub-regiões – *Ribatejo do Norte* e *Ribatejo do Sul* – conforme sucede na divisão do país pelas Brigadas de Produção Agrícola. E[stas sub-regiões de “*Ribatejo do Norte* e *Ribatejo do Sul*”] correspondem na verdade, como escreveu o Sr. [Francisco Câncio,] (...) a duas partes «comuns na gente, na riqueza, na finalidade do trabalho, mas distintas na paisagem e na forma»: o *Ribatejo*

do Norte, na margem direita do rio, de solo mais ondulado, de linhas de água numerosas mas que não passam de pequenos ribeiros, de culturas mais variadas e de propriedade mais dividida; o *Ribatejo do Sul*, de aspecto mais monótono, onde a planície se estende a perder de vista». (Idem: 109)

e, por outro lado, não se afasta dos argumentos aduzidos por Silva Teles para excluir ou incluir determinadas áreas limítrofes ou periféricas da região centrada em Santarém¹⁷.

Quanto à caracterização dos ribatejanos, articulada com uma representação essencialista da região – na qual não deixa de registar, porém, o desenvolvimento da mecanização da agricultura –, o geógrafo socorre-se de observações alheias cuja circulação, à semelhança da representação que conjura, era já longa e ampla (cf. Sena 2018 e 2011):

Os campos do *Ribatejo*, terras de pão e de gado, onde o trabalho das pesadas máquinas agrícolas nos começa a demonstrar a aliança entre a grande cultura e a grande propriedade, são também um importante centro de produção de gado cavalariço e, sobretudo, a região privilegiada dos touros e das touradas; por seu lado o *ribatejano*, como escreveu OLIVEIRA MARTINS, «a cavalo, de pampilho ao ombro, grossos sapatos ferrados, gorro vermelho na cabeça, pastoreando os rebanhos de touros nas campinas húmidas e vicejantes, é como um beduíno do Nilo», constituindo um tipo de população tão inconfundível como a própria região que habita, de *personalidade* geográfica bem acentuada. (Idem: 104)

De referir, por fim, que Amorim Girão publicará nas páginas iniciais do Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém, na íntegra e no mesmo ano em que o reedita em livro, a parte do seu *Esboço* referente ao Ribatejo (cf. Girão 1933c)¹⁸.

¹⁷ Na cartografia apensa ao seu *Esboço...* podemos conhecer com mais detalhe os contornos da sua proposta de delimitação do Ribatejo; nomeadamente no mapa ‘Portugal – Sub-regiões do Centro II’ (cf. Girão 1933b). Aí, por exemplo, à semelhança daquele geógrafo, Amorim Girão exclui da região os concelhos de Loures e de Tomar – o últimos dos quais procurará encabeçar um distrito próprio aquando da abolição das províncias em 1959 (cf. Santos 1985) –, boa parte dos concelhos de Abrantes e de Rio Maior, e considera problemática a inclusão dos concelhos da margem esquerda do Tejo até à Moita (cf. Girão 1933b).

¹⁸ Colaboram igualmente nos números deste boletim etnógrafos – como José Leite de Vasconcelos (1858-1941) e Luís Chaves –, antropólogos – como António Mendes Correia (1888-1960) –, escritores, engenheiros agrónomos, médicos-veterinários e médicos – como Francisco Mota Cabral (cf. Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém 1933 e 1936).

2.3. Orlando Ribeiro e outros geógrafos

Outros geógrafos portugueses contribuíram para os amplos debates que se desenvolveram na primeira metade do século XX em torno das «regiões», «unidades» ou «compartimentos» geográficos; entre os quais é incluído e individualizado o Ribatejo (cf. Carvalho 1933 e Schwalbach 1933). É o caso de Orlando Ribeiro, então no início do seu percurso científico e académico. Este geógrafo dedicará um ensaio ao Ribatejo, publicado nas páginas do Boletim da Junta Distrital de Santarém em 1936, o mesmo ano em que são instituídas as províncias com a promulgação da lei de bases da nova organização administrativa (cf. Morais e Violante 1986). Em “Algumas Notas de Geografia do Ribatejo” (Ribeiro 1936), onde recorre à produção geográfica – incluindo a estrangeira, como a de H. Lauteusach – e etnográfica – nomeadamente a de J. Leite de Vasconcelos (cf. 1933) – sobre o tema, Orlando Ribeiro confirma a individualidade da região e secunda, em parte, a identificação e a caracterização das suas sub-regiões proposta por Amorim Girão (cf. *Idem*: 75-76)¹⁹.

Mas ao contrário daquele membro da comissão de especialistas constituída em Outubro de 1930, pelo sétimo governo da ditadura militar, com o objectivo de “preparar a remodelação administrativa criando a província homogénea com afinidades já existentes ou previsíveis” (cf. Dias 1941: s.n.)²⁰, Orlando Ribeiro questiona o propósito e a possibilidade de uma delimitação rigorosa da mesma. Este é, precisamente, um dos objectivos mais evidentes do movimento regionalista ribatejano e um dos aspectos críticos da instituição da Província do Ribatejo:

A designação de «Ribatejo» aplicou-se primeiro às margens do rio e estendeu-se depois à sua bacia inferior, uma das unidades naturais mais fáceis de definir na nossa extremamente complexa variedade regional.

Certa identidade de aspectos em toda ela; o contraste, mais ou menos nítido, mas sempre sensível, com as regiões vizinhas (...); a existência de um nome consagrado pelo uso do povo e pela tradição; e ainda a coincidência, «grosso modo», entre a região natural e a divisão

¹⁹ Não sem registar, à semelhança de Silva Teles e Amorim Girão, a influência de Lisboa sobre as povoações do estuário do Tejo e sobre os caracteres de transição entre o Ribatejo e as regiões limítrofes – e logo, sobre os limites problemáticos da região ribatejana (cf. Ribeiro 1936: 66-67 e 75-76).

²⁰ Para além de Aristides de Amorim Girão, integraram esta comissão o regionalista beirão Jaime Lopes Dias (1890-1977), António Mendes Correia e o geólogo, sismólogo, militar e engenheiro Francisco Luís Pereira de Sousa (1870-1931). Pereira de Sousa fora membro da Comissão de Serviços Geológicos entre 1910 e 1928 e assegurava, nestes anos, uma cátedra na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, “acumulando essa função com a do director do Museu de Mineralogia e Geologia [a esta] anexo” (Simões s.d.: sn). O relatório produzido por esta comissão serviu de base à redacção do Código Administrativo de 1936, levada a cabo por Domingos Fezas Vital e Marcelo Caetano (Dias 1941: s.n. [«Prefácio»]).

administrativa, tornam evidente a realidade daquela. Todavia uma coisa é definir os aspectos essenciais que caracterizam a região geográfica, outra é demarcar-lhe os limites: por grande que seja o seu interesse prático, o segundo problema é menos importante, cientificamente. (Ribeiro 1936: 69)

Apesar da crítica explícita ao envolvimento da Geografia portuguesa no debate político sobre a identidade e limites das regiões, este geógrafo filia a sua análise nas teses – particularmente as geográficas²¹ – que reconheciam o Ribatejo como uma individualidade que há muito vinha sendo articulada de um modo cada vez mais coerente. Noutros textos, éditos e inéditos, desenvolvemos, justamente, este processo de reconhecimento e instituição da região no contexto dos processos mais abrangentes de nacionalização da cultura e de «refundação» de Portugal (cf. Sena 2018 e 2011). Antes disso, convém assinalar e situar historicamente alguns aspectos do longo desenvolvimento e da gradual autonomização desta segmentação do território continental português.

3. Notas para a História de uma região

Ao contrário de outras regiões do país, o *Ribatejo* não surge, seja informal seja informalmente, como uma designação imposta a partir *do* centro (Lisboa e a corte), mas antes a partir de *um* centro (subordinado) do poder religioso (Palmela e a Ordem de Santiago), ou seja, como reflexo de uma percepção local do espaço que cedo teve uma tradução administrativa muito precisa:

²¹ Dizemos “particularmente geográficas” porque neste debate entronca, também, a contribuição de intelectuais de outras ciências coevas. A Etnologia/Etnografia é um bom exemplo. José Leite de Vasconcelos, por sua parte, concebe uma “natural divisão” do território continental “em três zonas maiores pelo Douro e Tejo” que equivale, grosso modo e “para efeito etnográfico”, à divisão em “Norte, Centro e Sul” (1980c: 3-4). Mas é outra a divisão que Leite de Vasconcelos adopta na sua sistematizante *Etnografia Portuguesa*; trata-se de uma divisão “tradicional, conquanto um pouco em desacordo com o que dizem os geógrafos, quando se baseiam em razões físicas” (1980b: 4). A sua escolha recai sobre “a antiga divisão” (empírica e popular) “em seis províncias: Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes, Beira (...), Estremadura, Alentejo e Algarve”; que fora a base geográfica da estrutura expositiva do Museu Etnológico de Belém, (Idem; cf. 1980c). Nestas – ou *sobre* estas – o etnógrafo ainda distingue diversas ‘regiões históricas’, ou «sub-regiões» – dificilmente conciliáveis com as regiões ‘naturais’, ‘etnográficas’ e ‘geográficas’, confessa –, as quais, por sua vez, ainda podem ser divididas noutras “divisões menores” (cf. 1980c). O Ribatejo é uma destas ‘regiões provinciais’, à qual, como se deduz, não concede autonomia em relação à «província» da Estremadura (cf. 1980c e 1980a). Em meados dos anos 1920, quando os movimentos regionalistas ganhavam considerável influência política, e um ano após o primeiro congresso organizado pelos regionalistas ribatejanos, Leite de Vasconcelos publica nas páginas de um dos jornais de maior tiragem do Distrito de Santarém, o *Correio da Estremadura* – redominado *Correio do Ribatejo* nos anos trinta e ainda hoje na rotativa – um artigo intitulado “Ribatejo” (cf. Vasconcelos 1933). Este breve ensaio, desenvolvido e fundido nas páginas do terceiro volume da *Etnografia Portuguesa* (cf. 1980c: 460-482), e onde o autor concebe o Ribatejo enquanto uma região («natural», «tradicional» e geográfica), constituiria para o leitor local e regionalista menos familiarizado com o pensamento do etnógrafo inequívoca defesa das suas convicções localistas. Este texto será posteriormente publicado no Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém, com menção ao percurso editorial do texto (cf. Idem).

O Ribatejo nunca foi uma das grandes regiões ou províncias que compunham o reino, como o Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, a Beira, a Estremadura, o Alentejo ou o Reino do Algarve. É uma divisão regional recente e até com uma origem muito local. (Daveau et al. 1998: 15)

A história da produção social desta segmentação remontará a meados do século XIII, quando o concelho de «Riba Tejo» foi instituído pela influente Ordem religiosa e militar de Santiago, na época em que o seu Grão-Mestre era Paio Peres Correia e a sede dos seus domínios em Portugal se situava em Palmela. Este concelho incluía, grosso modo, o território compreendido entre as ribeiras das Enguias (a nascente) e de Coina (a poente), onde se localizavam as povoações ribeirinhas de Montijo, Samouco, Lançada, Sarilhos, Alcochete, Sabonha, Alhos Vedros, Atalaia e Aldeia Galega (cf. Manique 2017, Mota 2000, Lucas 1992, Daveau et al. 1998 e Almeida 2004). No século XVI, com a autonomia administrativa sucessiva de alguns destes povoados, que vão encabeçar concelhos, o do Riba Tejo desagrega-se. Mas é precisamente nesta época, decerto reconhecendo e associando a extensão do vale do rio Tejo à sua importância agrícola, piscatória e mercantil (cf. Silva 2003), que o topónimo *Ribatejo* irá, paulatinamente, a partir da consolidação do seu uso informal (cf. Manique 2017 e Girão 1933b; conferir ainda, Lopes 1895, Leão 1610 e Vasconcelos 1786), nomear um território cada vez maior *dentro* de um espaço já estabelecido – isto é, até se impor como uma segmentação da Estremadura:

Com o Ribatejo aconteceu o contrário. Inicialmente, como os seus congéneres do Norte, não passava de um topónimo local, que servia para situar as povoações ribeirinhas próximas de Lisboa, por contraste com as mais longínquas. A pouco e pouco, deixou de se aplicar unicamente aos lugares mais chegados às margens do Tejo, e foi-se estendendo até ao ponto de se tornar uma sub-divisão da Estremadura, ou seja, do conjunto territorial que abrangia não apenas o vale do Tejo, mas também as extensas planuras de interflúvio que o rodeiam, até, algumas bastante afastadas do rio e dos seus afluentes. (Daveau et al. 1998: 6)

O processo de alargamento do território nomeado por este topónimo abrangerá, a partir do século XIII e do seu núcleo original, a margem esquerda do Tejo – incluindo a bacia do Sorraia, a Serra da Arrábida e os seus lugares – e, durante a época moderna, a margem direita, vindo a incluir, já no século XVIII, localidades tão distantes entre si como Aldeia Galega (Montijo), Alhandra, Golegã e

Tancos (cf. Daveau et al. 1998 e Vasconcelos 1980c; conferir, ainda, Gordo 2003, Girão 1933b, Oliveira 2006 e Rama 2001).

Mas o processo de expansão do espaço que o «Ribatejo» nomeia irá confrontar-se, a partir do séc. XIX, com os propósitos administrativos do poder político central, progressivamente mais centralizador e nacionalizador (cf. Oliveira 1996, Mattoso 1993-1994 e Gaspar 2003 e 2004), e com os propósitos locais (municipalistas e regionalizadores) daqueles que procuram limitar e negociar as consequências desta mesma centralização (cf Santos 1985, Ramos 2001, Serra 1996 e Monteiro 1996). A instituição do Distrito de Santarém, em 1835-1836, acabará por atribuir autonomia administrativa a boa parte do território que se entendia por «Ribatejo», embora este tenha continuado a ser concebido como parte da província estremenha, de um modo predominante, até à criação da província administrativa do Ribatejo (cf. Vasconcelos 1980c, Valdez 1874 e Guimarães 1929). Mais tarde, os regionalistas ribatejanos, chegados em maior número, com a(s) República(s), a cargos políticos e administrativos, defendem primeiro o seu carácter regional (cf. Comissão Executiva do Congresso Ribatejano 1924 e Girão 1933b) e logo depois a concepção provincial desse espaço, reivindicando o estatuto de província para o Ribatejo (cf. Catroga 2006 e Oliveira 1996). Os limites do «Ribatejo» serão estabelecidos, mais uma vez, oficialmente, quando, na primeira metade do século XX, sob a égide do Estado Novo, a reforma administrativa provincial o institui nominal e formalmente como uma das segmentações oficiais do espaço nacional, já completamente seccionado da Estremadura (cf. Girão 1933b e Dias 1941)²². Então, pela primeira vez, o topónimo é apropriado pelo Estado com um sentido simultaneamente autárquico e geográfico.

Deve-se notar, por fim, que este processo teve outras traduções oficiais, anteriores e localizadas, que foram reforçando, no entanto, a (possibilidade da) representação – formal, mas também informal – do Ribatejo enquanto parte distinguível da Estremadura. À época das reformas encetadas por Mouzinho da Silveira, o topónimo já tivera usos administrativos muito restritos na margem direita do rio Tejo, como a “comarca do Ribatejo”, sediada no concelho de Alhandra. Esta comarca judicial foi criada em 1792, englobando os concelhos de Alhandra, Vila Franca de Xira, Alverca, Castanheira, Povos, Cheleiros e Arruda dos Vinhos, e esteve em vigor até à reforma administrativa de José Xavier Mouzinho da Silveira (cf. Manique 2017, Nunes 2003 e, ainda, Gordo 2003). Mais tarde, em 1872, o Ribatejo nomeava uma das três circunscrições judiciais em que seria dividida a província da Estre-

²² A análise particularizadora da fixação dos limites do Ribatejo, quer sob uma perspectiva geográfica, quer sob uma perspectiva político-administrativa, não cabe nos propósitos da nossa pesquisa. Para compulsar as propostas gerais do movimento regionalista ribatejano durante a I República, consultar Comissão Executiva do Congresso Ribatejano 1924. A instituição da «Província do Ribatejo» e o papel desempenhado pelos regionalistas ribatejanos afectos ao regime do Estado Novo nesse processo, será discutida noutro texto.

madura, projecto reformista que não chegou a ser implementado e que dotaria a circunscrição ribatejana de um território mais amplo e de uma escala regional (cf. Gaspar 1993: 118)²³. Paralelamente, a criação do Distrito de Santarém gerou as condições para se pensar o Ribatejo dentro de determinados limites territoriais, ainda que mutáveis ou contestáveis, ao mesmo tempo que se enraizava na memória colectiva, nas práticas e nos discursos, à semelhança dos seus congéneres (cf. Catroga 2006). Quando o governo que juntou regeneradores e históricos sob a presidência de Joaquim António de Aguiar (1792-1884) planeou extinguir diversos distritos em 1867, a proposta de anexação do distrito de Santarém ao de Lisboa gerou forte contestação local, protagonizada mais notoriamente por Sá da Bandeira (AA.VV. 1867). A argumentação aduzida para defender a manutenção do distrito santareno evidencia, claramente, esta dupla realidade: “Considerado em si o actual distrito tem população, tem área, tem riqueza, tem comércio, e tem interesses que tornam mais que muito sustentável a sua existência.” (Idem: 10); ou ainda, contra-argumentando acerca da proximidade de Santarém em relação a Lisboa: “Mas [tal proximidade] é porque o distrito de Lisboa já hoje se estende além do que é justo e razoável, absorvendo parte do que deve pertencer ao de Santarém, e que constitui o que se pode chamar os seus limites naturais, marcados e bem definidos ao poente pela ribeira de Alenquer e Carregado” (Idem: 12).

3. Conclusões

Em conclusão, conforme assinalámos na primeira secção deste texto exploratório, o Ribatejo é considerado contemporaneamente uma região “do Sul e do interior” de Portugal, a qual se pode delimitar e fazer caracterizar pelo sistema sedimentar da bacia hidrográfica do rio Tejo. Constitui também, pelas suas próprias características, uma região de transição geográfica entre o Norte e o Sul, as Beiras, o Alentejo e a Estremadura. Em termos administrativos, é dizer, conforme a actual representação oficial e política do espaço português, este espaço regional encontra-se estruturado em concelhos (vinte e dois), distritos (Santarém) e comunidades intermunicipais (do Médio Tejo e da Lezíria do Tejo). Paralelamente, resultado da recente reorganização do espaço nacional decorrente da integração europeia e da adopção de determinadas políticas administrativas e económicas descentralizadoras, “sobrepõem-se” igualmente ao Ribatejo duas das sub-regiões da novel Região de Lisboa e Vale do Tejo (Lezíria do Tejo e Médio Tejo). No que diz respeito à influência que o concelho de Lisboa exerce

²³ O projecto de criar uma circunscrição judicial denominada ‘Comarca do Ribatejo’ que abrangesse um número superior de concelhos em ambas as margens do Tejo não se extinguiu, assim, com a implementação da reforma de Mousinho da Silveira [1832-1833], possuindo até antecedentes nas iniciativas reformistas da regência de D. Miguel [1827-1828] e certa continuidade na própria criação do Distrito de Santarém, em 1835, ao servir de base para a sua configuração territorial (cf. Santos 1985, Daveau et al. 1998 e Manique 2017).

na área circunvizinha, nomeadamente o estuário e o vale do Tejo, resulta consensual na Geografia portuguesa, desde longa data, apontar o papel de Lisboa como «pólo organizador» do país, o qual modelou e «engoliu» a sua «província» (a Estremadura) à medida que a mesma se fragmentava (cf. Gaspar 2003 e 1993). Por fim, assinala-se que esta representação/divisão oficial do espaço nacional/regional não coincide com as representações correntes de espaços regionais como o Ribatejo.

A individualidade do Ribatejo enquanto região geográfica – logo, o seu carácter distinto e delimitável – foi proposta pela Geografia portuguesa nas primeiras décadas do século XX, época em que esta ciência experimentava, por toda a Europa, um processo de institucionalização como disciplina académica. A questão regional, ou seja, a tensão entre a unidade e a diversidade da nação no contexto do surgimento dos Estados-nação, constituiu um dos “problemas particulares” (Hooson 1994) com que os intelectuais europeus, nomeadamente os geógrafos, se confrontaram na viragem para o século XX – Portugal não foi excepção. No que diz respeito ao nosso país, os geógrafos vão-se confrontar, de modos e em medidas diferentes, num contexto de centralização administrativa, com três aspectos dessa mesma questão: a insuficiência de um conhecimento científico e sistemático de um território tomado como unitário; a descoincidência entre as representações dominantes desse território (as «províncias») e as representações estabelecidas a partir das reformas administrativas do Liberalismo, do Estado Novo e do regime democrático; finalmente, o regionalismo enquanto dimensão política e intelectual das relações entre o Estado e as periferias do espaço nacional.

A abordagem à questão regional em Portugal vai ter como esteio a penetração teórica das propostas da geografia vidaliana e do regionalismo – nos termos gerais em que este foi sistematizado por Charles Brun – e como contexto o processo de nacionalização tanto da cultura (popular) como do próprio território. Queremos com isto dizer que as regiões ou as províncias portuguesas vão ser (re)conhecidas e imaginadas pela Geografia e Etnografia portuguesas articulando propósitos e asserções nacionalizadoras e regionalizadoras das elites políticas e intelectuais do país. É neste contexto que se poderá compreender tanto a progressiva individualização do Ribatejo no quadro das concepções geográficas do território português, como o facto de tal individualização geográfica participar, de um modo influente, na instituição desta região como parte distinguível do espaço nacional. É neste sentido que geógrafos como Francisco X. C. Silva Teles e Aristides Amorim Girão participam directamente, embora a partir de posições teóricas relativamente diferentes, em processos de regionalização distintos que resultam, durante o Estado Novo, na criação da Província do Ribatejo e na assunção oficial (é dizer, autárquica) desta região.

Finalmente, e numa perspectiva histórica, verificámos como a distinção do Ribatejo como um espaço distinto do território português – reconhecendo-se a sua autonomia, num primeiro momento e

no espaço provincial estremenho, com a criação do Distrito de Santarém; reivindicando-se a sua singularidade enquanto região, num segundo momento, já sob a égide de um movimento regionalista conservador, o qual não se diluirá em consequência da instauração do regime ditatorial salazarista; e, por fim, instituindo o Estado a mesma enquanto província e autarquia – é gradual e remonta, na sua génese, à adopção oficial de uma determinada representação local do espaço ribeirinho fronteiro à capital do reino que abrangerá, ao longo da Idade Média e da Idade Moderna, um território cada vez maior.

Bibliografia

AA.VV., 2003, Atlas da Área Metropolitana de Lisboa, em José António Tenedório (dir. e coord.), 14 volumes. Lisboa, Área Metropolitana de Lisboa.

AA.VV., 1867, O Distrito de Santarém – Representações Populares e Outros Documentos com respeito à projectada supressão do mesmo distrito. Lisboa, Imprensa Nacional.

ABRANTES, Patrícia, 2011, La Métropolisation au Portugal: Processus et Politiques Spatiales. Lisboa, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território/Centro de Estudos Geográficos/Universidade de Lisboa.

AGAREZ, Ricardo, 2013, “Regional identity for the leisure of travellers: early tourism infrastructure in the Algarve (Portugal), 1940–1965”, *The Journal of Architecture*, 18 (5): 721-743.

ALMEIDA, Fernando-António, 2004, Montijo. Roteiro do Concelho – História, Património, Percursos. Montijo, Câmara Municipal do Montijo.

AMARO, António Rafael, 1996, “Os congressos regionais das Beiras e o regionalismo em Portugal (1921-1940)”, em *Portugal e as Regiões: perspectivas históricas - Actas do XVI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*. Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 71-92.

APPLEGATE, Celia, 1999, “A Europe of regions: reflections on the historiography of sub-national places in modern times”, *American Historical Review*, 104: 1157-1183.

BIROT, Pierre, 1950, Portugal. Lisboa, Horizonte, 160-168.

BOURDIEU, Pierre, 1989, O Poder Simbólico. Lisboa, Difel.

- CABRAL, Francisco Mota, 1924 [1923], “Toiradas na Região Ribatejana”, em Congresso Ribatejano. Lisboa, Casa Progresso, 47-56.
- CABRAL, Francisco Mota, 1925 [1923], “Ribatejismo”, em Ao Sol – Notas dum Ribatejano. Lisboa, Portugália, 15-27.
- CÂNCIO, Francisco, 1935 [1929], Ribatejo – Monografia Ilustrada. Lisboa, Edição de autor/Livraria Bertrand (depositário).
- CATROGA, Fernando, 2006, “A República e Indivisível (No princípio era a Província)”, Revista de Histórias das Ideias, 27: 171-249.
- CHARLES-BRUN, 2003 [1911], Le Régionalisme, em <<http://www.lpl.univ-aix.fr/ciel/>>(acesso em 02.02.2021).
- CHAVES, Luís, s.d. [1925-1926], A Divisão Territorial Portuguesa (Plano de Reorganização Integral). Portugal, Acção Realista Portuguesa.
- CARVALHO, Anselmo Ferraz de, 1933, “O Ribatejo. Algumas notas geográficas e geológicas”, Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém, 32 a 42, Julho a Dezembro: 5-8.
- CASA do RIBATEJO, 1948, O II Congresso do Ribatejo... Lisboa, Casa do Ribatejo.
- COMISSÃO EXECUTIVA DO CONGRESSO RIBATEJANO, 1924 [1923], Congresso Ribatejano. Lisboa, Casa Progresso.
- COSTA, Joaquim Correia da, 1924 [1922], “A Terra Ribatejana”, em Congresso Ribatejano. Lisboa, Casa Progresso, 28-44.
- DAVEAU, Suzanne, 1992, “As geografias de Portugal”, Inforgeo, 4: 9-15.
- DAVEAU, Suzanne, J. MATTOSO e D. BELO, 1998, Portugal – O Sabor da Terra – O Ribatejo. Lisboa, Círculo de Leitores/Pavilhão de Portugal - Expo'98/Autores.
- DIAS, Jaime Lopes, 1941 [1940], Código Administrativo e Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes. Lisboa, Torres & C.ta./Livraria Ferin (depositário).
- DOMINGUES, Álvaro, 1985, “A geografia regional «vidaliana»”, Revista da Faculdade de Letras – Geografia, Série I (I): 113-134.
- FERREIRA, A. B., J. GASPAR e C. A. MEDEIROS, 1986, “Notas em torno do desenvolvimento da Geografia em Portugal”, Anales de Geografía de la Universidad Complutense, 6: 63-79.

- FRÉMONT, Armand, 1980, *A Região, Espaço Vivido*. Coimbra, Livraria Almedina.
- GASPAR, Jorge, 2004, “Da observação de Lisboa: alguns apontamentos”, *Philosophica*, 4: 47-58.
- GASPAR, Jorge, 2003, “Inserção da área metropolitana de Lisboa no País, na Península Ibérica e na Europa”, em *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa*, José António Tenedório (dir. e coord.), Volume II. Lisboa, Área Metropolitana de Lisboa, 31-43.
- GASPAR, Jorge, 1993, *The Regions of Portugal*. Lisboa, M.O.P.T/S.E.P.D.R.
- GIRÃO, Aristides de Amorim, 1936, “O Ribatejo na Obra de Gil Vicente”, *Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém*, Ano 6, 43: 57-63.
- GIRÃO, Aristides de Amorim, 1933a [1928-1930], *Esboço duma Carta Regional de Portugal*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- GIRÃO, Aristides de Amorim, 1933b [1928-1930], *Esboço duma Carta Regional de Portugal*, edição refundida e aumentada. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- GIRÃO, Aristides de Amorim, 1933c [1928-1930], “O Ribatejo”, *Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém*, Ano III, 37 a 42: 9-15.
- GOMES, Bernardino A. de Barros, 1878 [1876], *Cartas Elementares de Portugal para Uso nas Escolas*. Lisboa, Lallemand Frères Tipografia.
- GORDO, Joaquim Ferreira, 2003 [1794], *Origens da Villa D’Alhandra – Memórias*. Alhandra, Junta de Freguesia de Alhandra/Museu de Alhandra – Casa Dr. Sousa Martins.
- GUIMARÃES, José Vieira da Silva, 1929, *A Estremadura*. Lisboa, Exposição Portuguesa de Sevilha/Escola Tipográfica da Imprensa Nacional de Lisboa.
- HANDLER, Richard, 1988, *Nationalism and the Politics of Culture in Quebec*. Madison, University of Wisconsin Press.
- HOONSON, David (ed.), 1994, *Geography and National Identity*. Oxford, Blackwell.
- LARCHER, Tito B. Lima de Sousa, 1930-1931 [1926], *Estudos de Regionalismo*. Leiria, Leiriense.
- LEAL, João, 1997, “Açorianidade: Literatura, política, etnografia (1880-1940)”, *Etnográfica*, 2 (1): 191-211.
- LEAL, João, 2000, *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.

- LEÃO, Duarte Nunes de, 1610 [1599], Descrição do Reino de Portugal. Lisboa, impresso por Jorge Rodrigues.
- LIGA REGIONALISTA DO RIBATEJO, 1923, 1ª Exposição de Produtos e Artes Regionais – Catálogo. Santarém, Liga Regionalista do Ribatejo.
- LOPES, Fernão, 1895 [1440-1450], Crónica do Senhor Rei D. Fernando, Volume I, Biblioteca de Clássicos Portugueses. Lisboa, Mello de Azevedo.
- LUCAS, Isabel M. M. O., 1992, Subsídios para a História do Concelho do Montijo: cronologia geral. Montijo, Câmara Municipal do Montijo.
- MANIQUE, António Pedro, 2017 [2016], “A evolução territorial do Ribatejo do século XVIII ao Estado Novo. Território(s) e identidade(s) em torno de um topónimo”, *Terras d’Água*, 3: 57-70.
- MARTINS, Joaquim P. Oliveira, s.d. [1879], História de Portugal, Volume 1. Lisboa, Publicações Europa-América.
- MATTOSO, José (dir.), 1993-1994, História de Portugal, oito volumes. Lisboa, Círculo de Leitores.
- MAXIMINO, Paulo, 2003, “A Figura do Campino”, em Salwa Castelo-Branco e Jorge Freitas Branco (orgs.), *Vozes do Povo. A Folclorização em Portugal*. Lisboa, Celta, 375-383.
- MELO, Daniel, 2007, “Regionalismo, sociedad civil y Estado en el Portugal del siglo XX”, *Hispania Nova. Revista de Historia Contemporánea*, 7, em <<http://hispanianova.rediris.es>> (acesso em 02.02.2021).
- MELO, Daniel, 2006, “Aquém do Marão. O associativismo regionalista transmontano em Portugal e na diáspora”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 50: 67-87.
- MELO, Daniel, 2005, “«Um povo, uma cultura, uma região»: a história exemplar da Casa do Alentejo”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 45 (1-2): 119-139.
- MELO, Daniel, 2004, “Longe da vista, perto do coração: o associativismo regionalista no império português”, em <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel43/DanielMelo.pdf>> (acesso em 02.02.2021).
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, 1996, “O Central, o local e o inexistente regional” em César Oliveira (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local. Dos Finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa, Temas e Debates, 79-118.

MORAIS, João, e Luís VIOLANTE, 1986, Contribuição para uma cronologia dos factos económicos e sociais: Portugal 1926-1985. Lisboa, Horizonte.

MOTA, Maria Abreu, 2000 [1997], “O Aposento do Barrete Verde e das Salinas (Na Freguesia, Sede do Concelho e Centro da Vila de Alcochete). Análise da Organização de uma Associação Local de Práticas Lúdicas”, em Programa Nacional de Bolsas de Investigação para Jovens Historiadores e Antropólogos, 3ª Edição, 1996/97, Beira Litoral, Estremadura e Ribatejo. Lisboa, Fundação da Juventude, 9-119.

NUNES, Graça Soares, 2003, “Contributos para a Caracterização Socioeconómica de Vila Franca de Xira no Século XIX”, em Vila Franca de Xira, Tempos do Rio, Ecos da Terra. Vila Franca de Xira, Museu Municipal de Vila Franca de Xira, 131-141.

OLEIRO, Diogo da Silva, 1924 [1923], “A Região; Limites; Características; Museus Regionaes”, em Congresso Ribatejano. Lisboa, Casa Progresso: 45-46.

OLIVEIRA, César, (dir.), 1996, História dos Municípios e do Poder Local. Dos Finais da Idade Média à União Europeia. Lisboa, Temas e Debates.

OLIVEIRA, J. M. Pereira de, 1994, “Amorim Girão, Geógrafo”, Cadernos de Geografia, 13: 119-148.

OLIVEIRA, Paulo Martins, 2006, A Vila da Golegã nos Últimos 250 Anos. Golegã, Câmara Municipal da Golegã.

OLIVEN, Ruben, 1992, A Parte e o Todo. A Diversidade Cultural no Brasil-Nação. Petrópolis, Vozes.

PINTO, António Costa, 1982-1983, “A formação do integralismo lusitano (1907-1917)”, Análise Social, XVIII (72 a 74): 1409-1418.

PROENÇA, Raul, (dir.), 1991 [1927], Guia de Portugal, volume 2 – Extremadura, Alentejo, Algarve. Lisboa, Biblioteca Nacional, 321-343.

RAMA, José de Sousa, 2001 [1906], Coisas da Nossa Terra – Breves Notícias da Villa de Aldeia Gallega do Riba-Tejo. Montijo, Câmara Municipal do Montijo.

RAMOS, Rui, 2001 [1994], “A Segunda Fundação (1890-1926)”, em José Mattoso (dir.), História de Portugal – A Segunda Fundação (1890-1926), Volume 6. Lisboa, Editorial Estampa.

REVEL, Jaques, 1992 [1984], “La Région”, em Pierre Nora (dir.), Les Lieux de Mémoire, Volume 3. Paris, Gallimard, 850-883.

- REVEL, Jaques, 1990 [1989], *A Invenção da Sociedade*. Lisboa, Difel.
- RIBEIRO, Orlando, 1998 [1945], *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, 7ª edição. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- RIBEIRO, Orlando, s.d. [1995], “Uma região portuguesa do Sul e do interior: o Ribatejo”, em *Opúsculos Geográficos, Estudos Regionais, Volume VI*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 445-495.
- RIBEIRO, Orlando, 1976, “Silva Telles, introdutor do ensino da Geografia em Portugal”, *Finisterra*, 11: 10-36.
- RIBEIRO, Orlando, 1936, “Algumas notas de geografia do Ribatejo”, *Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém*, 43: 65-76.
- SANTOS, José António, 1985, *Regionalização. Processo Histórico*. Lisboa, Edições Horizonte.
- SCHWALBACH, Luís, 1933, *Portugal Continental. Alguns problemas geográficos*. Lisboa, Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade.
- SIMÕES, Jorge M. D. O., 1931, “Biografia de geólogos portugueses - Francisco Luís Pereira de Sousa (1870–1931)”, *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 17: 3-11.
- SIMÕES, Pedro, 2005, *As Fronteiras Internas da Nação: A Imagem da Beira no Estado Novo (A Casa das Beiras: 1939 – 1959)*. Porto, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, em <<https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/1029/1/FronteirasInternas.PedroCoutinho.Tese.pdf>> (acesso em 02.02.2021).
- SENA, Pedro Silva, 2018, “Campinos, touros e cheias na lezíria: produção social das representações hegemónicas do Ribatejo”, working paper nº 16. Lisboa, CRIA/Nova FCSH, em <<https://www.cria.org.pt/en/working-papers>> (acesso em 02.02.2021).
- SENA, Pedro Silva, 2011 [2008], “Estereótipos Regionais e Usos da Cultura Popular: o Ribatejo e os Campinos”, em Clara Sarmento (coord.), *Diálogos Interculturais: Os Novos Rumos da Viagem*. Porto, IPP-ISCAP-CEI/FCT/Vida Económica – Editorial S.A, 137-141.
- SERRA, João Bonifácio, 1996, “Os Poderes Locais: Administração e Política no 1º Quartel do Século XX”, em César Oliveira (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local. Dos Finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa, Temas e Debates, 264-280.
- SOBRAL, José Manuel, 2004, “O Norte, o Sul, a raça, a nação – representações da identidade nacional portuguesa (Séculos XIX-XX)”, *Análise Social*, XXXIX, 171: 255-284.

SILVA, Manuel M. G. da, 2017, O Poder Local e a Organização Política e Administrativa do Estado Português: evolução no regime político democrático vigente. Porto, Universidade Fernando Pessoa/Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

SILVA, Paulo Jorge, 2003, “Comunicações e Transportes em Vila Franca de Xira”, Vila Franca de Xira, em Tempos do Rio, Ecos da Terra. Vila Franca de Xira, Museu Municipal de Vila Franca de Xira, 145-153.

STORM, Eric, 2003, “Regionalism in History, 1890-1945: The Cultural Approach”, *European History Quarterly*, 33, 2: 251-267.

TELES, Francisco Xavier Silva, 1929, Aspectos Geográficos e Climáticos de Portugal. Lisboa, Exposição Portuguesa de Sevilha/Escola Tipográfica da Imprensa Nacional de Lisboa.

TELES, Francisco Xavier Silva, 1991 [1927], “Ribatejo”, em Guia de Portugal, volume 2 – Extremadura, Alentejo, Algarve. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 321-328.

TELES, Francisco Xavier Silva, 1924a [1923] “A Região Ribatejana e seus limites”, em Congresso Ribatejano. Lisboa, Casa Progresso, 15-21.

TELES, Francisco Xavier Silva, 1924b [1923] “As relações de continuidade da Região Ribatejana”, em Congresso Ribatejano. Lisboa, Casa Progresso, 23-27.

TELES, Pedro, 2000, A Geopolítica na História e no Ensino da Geografia em Portugal (1910-1960). Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

VALDEZ, José Joaquim d’Assunção, 1874, Notícia Histórica e Descritiva da Antiga Vila (hoje lugar) de Pontével. Lisboa, Tipografia de J. C. D’Ascensão Almeida.

VASCONCELOS, José Leite, 1980c [1941], Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização, Volume III. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

VASCONCELOS, José Leite, 1980b [1936], Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização, Volume II. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

VASCONCELOS, José Leite, 1980a [1933], Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização, Volume I. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

VASCONCELOS, José Leite, 1933, “Ribatejo”, *Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém*, 32 a 42, Julho a Dezembro: 20-22.

VASCONCELOS, Luís Mendes de, 1786 [1608], Do Sítio de Lisboa. Sua Grandeza, Povoação e Comércio, etc. Lisboa, Oficina de Francisco Luís Ameno, em <https://www.fc.up.pt/fa/index.php?p=nav&f=books.0242.W_0242_000002#faimg> (acesso em 02.02.2021).

Relatórios técnicos e estudos sectoriais

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO, 2017, Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território - Região de Lisboa e Vale do Tejo. Lisboa, CCDRLVT.

Periódicos

Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém 1933 e 1936.

Documentos legais

Portaria nº 590 de 10 de Maio de 2007.

Portarias nº 528 de 30 Abril de 2007.

Decreto-Lei nº 134/2007, de 27 de Abril.

Lei nº 45/2008 de 27 de Agosto.

Lei nº 46/2008 de 27 de Agosto.

Lei nº 10/2003 de 13 de Maio.

Decreto-Lei n.º 104/2003 de 23 de Maio.